

INSTRUÇÃO N.º 05/CMC/12-25

PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE OS ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLECTIVO

Considerando que os Organismos de Investimento Colectivo (OIC), em geral, são obrigados a prestar à Comissão do Mercado de Capitais (CMC) um conjunto de informações periódicas, necessárias para assegurar um melhor acompanhamento das respectivas actividades, nos termos definidos no Decreto Legislativo Presidencial n.º 7/13, de 11 de Outubro, sobre o Regime Jurídico dos OIC, no Decreto Legislativo Presidencial n.º 4/15, de 16 de Setembro, sobre os OIC de Capital de Risco (OIC-CR) e no Decreto Legislativo Presidencial n.º 6-A/15, de 16 de Novembro, sobre o Regime Jurídico dos OIC de Titularização de Activos (OIC-TA), bem como no Regulamento n.º 4/14, de 30 de Outubro, sobre os OIC, no Regulamento n.º 2/19, de 5 de Maio, sobre os OIC-CR e no Regulamento n.º 3/19, de 2 de Fevereiro, sobre os OIC-TA;

Tendo em conta que a Instrução n.º 06/CMC/12-22, de 30 de Dezembro, referente à Prestação de Informações sobre os OIC, não concretiza os procedimentos operacionais para o cumprimento efectivo do conjunto de deveres de informação a que estão adstritos os OIC-CR e os OIC-TA;

Havendo, assim, a necessidade de se proceder à revisão da referida Instrução, de modo a uniformizar os procedimentos para a prestação de informação pelos OIC, gerais ou especiais, mediante definição do meio e dos formatos de reporte da informação devida;

Ao abrigo do disposto na alínea jj) do artigo 182.º do Decreto Legislativo Presidencial n.º 7/13, de 11 de Outubro, sobre o Regime Jurídico dos OIC, na alínea c) do n.º 1 do artigo 41.º do Decreto Legislativo Presidencial n.º 4/15, de 16 de Setembro, sobre o Regime Jurídico dos OIC-CR e no artigo 20.º do Regulamento n.º 2/19, de 5 de Fevereiro, sobre os OIC-CR, conjugados com a alínea b) do artigo 17.º e com o n.º 5 do artigo 33.º, todos do Código dos Valores Mobiliários, com a alínea a) do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 5/20, de 27 de Janeiro, de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, do Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição em Massa, bem como com o n.º 1 do artigo 4.º e com a alínea c) do artigo 19.º, ambos do Estatuto Orgânico da CMC, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 54/13, de 6 de Junho, o Conselho de Administração da CMC aprova o seguinte:

1. Os Organismos de Investimento Colectivo (OIC) enviam à Comissão do Mercado de Capitais (CMC), através da plataforma de partilha de documentos denominada "*CUMULUS*", por via da hiperligação <https://cumulus.cmc.ao/login>, as seguintes informações periódicas, conforme aplicável:
 - a) Até ao oitavo dia útil do mês seguinte ao que se reporta a informação, em formato *Excel (XLSX)*:
 - i. Os balancetes mensais dos OIC;
 - ii. O mapa ou ficheiro de base para a valorização dos activos que integram a carteira dos OIC sob gestão;
 - iii. A lista de participantes dos OIC abertos e fechados, nos termos do Anexo I à presente Instrução, da qual é parte integrante;
 - iv. O mapa referente às diligências efectuadas aos participantes dos OIC, no âmbito do cumprimento das obrigações previstas na Lei n.º 5/20, de 27 de Janeiro e no Regulamento n.º 5/21, de 8 de Novembro, ambos de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, do Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de

Destruição em Massa, conforme o Anexo II à presente Instrução, da qual é parte integrante.

- b) No prazo máximo de dois meses, contados desde a data do termo do semestre:
 - i. Os relatórios e contas semestrais, certificados por auditor externo registado na CMC, em formato *Portable Document Format (PDF)*, no prazo máximo de dois meses, contados desde a data do termo do semestre;
 - ii. A aquisição e alienação de activos, em conformidade com o Anexo V do Regulamento n.º 2/19, de 5 de Fevereiro, sobre os OIC-CR, em formato Excel (*XLSX*);
- c) Os relatórios sobre a avaliação dos bens imóveis integrantes das carteiras de OIC, em formato *PDF*, no prazo máximo de cinco dias úteis após a aquisição ou alienação dos bens;
- d) Os relatórios e contas anuais, certificados por auditor externo registado na CMC, em formato *PDF*, no prazo máximo de quatro meses, contados desde a data do termo do exercício anterior;
- e) Um exemplar actualizado da informação relativa à rentabilidade e ao risco histórico do OIC, em formato *PDF*, até ao quinto dia útil do mês de Maio;
- f) A composição discriminada da carteira de cada OIC e outras informações previstas no artigo 36.º do Regulamento n.º 4/14, de 30 de Outubro, sobre os OIC, de acordo com o modelo apresentado no Anexo V ao referido Diploma ou conforme o Anexo IV do Regulamento n.º 2/19, de 5 de Fevereiro, sobre os Organismos de Investimento Colectivo de Capital de Risco (OIC-CR), em formato *PDF* e Excel (*XLSX*); nos seguintes moldes:
 - i. Mensalmente, até ao dia 15 do mês subsequente;
 - ii. Trimestralmente, até ao último dia do mês subsequente ao trimestre a que as informações respeitem.

- g) A relação de operações de reporte efectuadas no trimestre para os OIC Mobiliários, conforme o Anexo IX ao Regulamento n.º 4/14, de 30 de Outubro, sobre os OIC, em formato *PDF*, até ao terceiro dia útil subsequente à data do final do trimestre;
 - h) O registo de operações sobre activos admitidos à negociação em mercado regulamentado, realizadas fora deste mercado, em formato *PDF*, até ao terceiro dia útil subsequente à data do final do trimestre, nos termos da alínea c) do artigo 127.º do Regulamento n.º 4/14, de 30 de Outubro, sobre os OIC; e
 - i) A designação da entidade gestora de OIC pela Sociedade de Investimento heterogerida, em formato *PDF*, no prazo máximo de cinco dias úteis, antes da data prevista para a designação.
- 2. Os saldos a crédito e a débito devem conter os respectivos sinais, conforme seja positivo ou negativo.
 - 3. A denominação do ficheiro deve ser simples, concisa e corresponder ao conteúdo do mesmo.
 - 4. A presente Instrução aplica-se, igualmente, às Sociedades de Investimento auto geridas, com as necessárias adaptações.
 - 5. É revogada a Instrução n.º 06/CMC/12-22, de 30 de Dezembro, referente à Prestação de Informações sobre os OIC.
 - 6. As dúvidas e omissões suscitadas na interpretação e aplicação da presente Instrução são resolvidas pelo Conselho de Administração da CMC.
 - 7. A presente Instrução entra em vigor no dia 5 de Janeiro de 2026

COMISSÃO DO MERCADO DE CAPITAIS, Luanda, em 18 de Dezembro de 2025.

O Presidente



Elmer Serrão

ANEXO I – MODELO DA LISTA DE PARTICIPANTES

(A que se refere a subalínea iii da alínea a) do n.º 1)

Nome do participante (conforme o documento de identificação)	Número de Identificação Fiscal	Data de subscrição	Data de resgate (quando aplicável)	Valor nominal da unidade de participação (UP)	Quantidades de UP subscritas	Valor subscrito	Valor liquidado	Valor actual da UP	Nível de risco de BCFTPADM ¹

¹ Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e Proliferação de Armas de Destruição em Massa.

**ANEXO II – MAPA DAS DELIGÊNCIAS EFECTUADAS AOS PARTICIPANTES DOS OIC
EM MATÉRIA DE PREVENÇÃO E COMBATE AO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS, DO
FINANCIAMENTO DO TERRORISMO E DA PROLIFERAÇÃO DE ARMAS DE
DESTRUIÇÃO EM MASSA**

(A que se refere a subalínea iv da alínea a) do n.º 1)

Número de participantes		
Percentual de participantes	Singular	Colectiva

DILIGÊNCIAS PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES	Sim	Não	N.º
Identificação e diligência			
Identificação de Pessoas Politicamente Expostas			(a)
Recusa			(b)
Comunicação à Unidade de Informação Financeira			(c)
Abstenção			(d)

NOTA: Em caso de resposta afirmativa em relação à realização de diligências para o cumprimento das obrigações referidas no mapa acima, indicar, consoante o caso:

- (a) O n.º de Pessoas Politicamente Expostas que subscreveram as unidades de participação (UP);
- (b) O n.º de pedidos de subscrição de UP recusados;
- (c) O n.º de Formulários de Declarações de Operações Suspeitas submetidos à Unidade de Informação Financeira (UIF) sobre os participantes;
- (d) O n.º de pedidos de subscrição de UP sobre os quais se absteve.

O Presidente da Comissão do Mercado de Capitais, *Elmer Serrão*.